

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.414 - SP (2016/0284938-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : ALEX GIGLIO  
**ADVOGADO** : WILLIANS DUARTE DE MOURA E OUTRO(S) - SP130951  
**ADVOGADA** : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA E OUTRO(S) - DF019640  
**ADVOGADOS** : JULIANA DIAS GUERRA FERREIRA E OUTRO(S) - DF029149  
ANTONIO CARLOS DOS REIS JUNIOR E OUTRO(S) - SP270978  
MONICK DE SOUZA QUINTAS E OUTRO(S) - DF052555  
**RECORRIDO** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADO** : CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por ALEX GIGLIO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 462, e-STJ):

Telefonia. Prestação de serviços. Contrato de participação financeira em planos de expansão da rede telefônica. Afirmação do autor de que ações foram emitidas e não entregues. Relação de direito societário. Prazo prescricional trienal do art. 287, II, g, da Lei 6.404/76. Prescrição, aliás, que pode ser conhecida de ofício pelo juiz. Artigo 219, §5º do CPC. Ação extinta. Recurso provido.

Embargos de declaração opostos e rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 239/249, e-STJ), a insurgente alega violação dos arts. 535 do CPC/1973 e 287, II, g, da Lei das S.A, 189 do CC e 128 e 460 do CPC/73.

Sustenta, ser obrigação não acobertada pelo manto da prescrição, pois a recorrida está na posse das ações, impedindo o recorrente de ser reconhecido como acionista.

Alega, ademais, que o prazo prescricional só se inicia o seu transcurso a partir do momento em que surge a pretensão.

Contrarrazões às fls. 698/713(e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

**1.** Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535, inc. II, do CPC/73 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a Corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES,

PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

2. Cinge-se a controvérsia acerca da ocorrência de violação do dos arts. 267, IV, do CPC/1973 e 189 do Código Civil, por não estar caracterizada a prescrição.

Depreende-se dos autos que o Tribunal *a quo* reconheceu a prescrição da pretensão em razão do transcurso do prazo de três anos entre a data da subscrição das ações e o ajuizamento da demanda, bem como esclareceu que, ainda que se considerasse a obrigação fundada em direito pessoal, igualmente estaria prescrita, **porquanto proposta aos 30.06.2015, muito além do prazo decenal encerrado em janeiro de 2013.**

Por oportuno, confira-se o seguinte excerto do acórdão recorrido, *in verbis*:

[...]

Ao contrário do que alega o autor- agravado, o termo “a quo” para a fluência do seu prazo não é a ciência do direito ao recebimento das ações, mas com a actio nata, isto é, quando o acionista passa a ser titular do direito de obtê-las, o que se dá na hipótese vertente na data da subscrição.

Nesse sentido, cabe aplicação analógica do seguinte julgado (“in casu”, não houve emissão a menor, mas sim o “não fazer” correspondente à entrega):

“O termo inicial do prazo prescricional é a data da subscrição deficitária, ou seja, a data em que as ações foram emitidas a menor pela empresa de telefonia.” (STJ, AgRg no Ag. nº 1.415.194-RS, rel. Min. Maria Izabel Gallotti, 13.12.2011).

Confirmado o termo inicial da fluência do prazo, resta definir se se aplica o prazo de 10 anos (art. 205 c/c art. 2.028, CC), para ações fundadas em direito pessoal, ou o prazo trienal previsto na Lei das Sociedades Anônimas (art. 287, II, g, Lei 6.404/64).

Pois bem, afirmando o autor-agravado categoricamente que é acionista da empresa ré, não havendo apenas a entrega das ações 'sub judice' (fls. 227, 229) não se lhe aplica o prazo previsto na lei civil, conforme se afere do julgado abaixo:

“DIREITO COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. SOCIEDADE ANÔNIMA AÇÃO DE SUBSCRITOR DE AÇÕES NÃO ENTREGUES. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SUBSCRITAS.

PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 287, II, “G”, DA LEI 6.404/76. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO DE ACIONISTA. NATUREZA PESSOAL DA PRETENSÃO. PRESCRIÇÃO DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL. - Como a prescrição é a perda da pretensão por ausência de seu exercício pelo titular, em determinado lapso de tempo; para se verificar se houve ou não prescrição é necessário constatar se nasceu ou não a pretensão respectiva, porquanto o prazo prescricional só começa a fluir no momento em que nasce a pretensão. - Nos termos do art. 287, II, “g”, da Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), com a redação dada pela Lei n.º 10.303/2001, a prescrição para o acionista mover ação contra a companhia ocorre em 3

(três) anos. - A pessoa que subscreveu ações de uma sociedade anônima, mas não recebeu a quantidade devida de ações, não é acionista da companhia em relação às ações não recebidas e, por isso mesmo, ainda não tem qualquer direito de acionista em relação à companhia por conta das referidas ações. - O direito à complementação de ações subscritas decorrentes de instrumento contratual firmado com sociedade anônima é de natureza pessoal e, conseqüentemente, a respectiva pretensão prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do Código Civil/1916 (20 anos) e 205 do atual Código Civil (10 anos). Recurso especial conhecido e provido.” (REsp 829.835/RS, Rel.

Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/06/2006, DJ 21/08/2006, p. 251) (grifos nossos).

Embora os documentos que, em tese, comprovariam as condições de acionistas dos cedentes de seus direitos ao ora autor (fls. 43, 50, 57, 64/66, 73, 80, 87, 96, 100, 111) não estejam todos datados, em dois deles (fls.

66 e 96) constam datas de novembro de 1975 e novembro de 1976.

Podendo-se considerar: a) pelo aspecto, teor, e dados informados, que os documentos são contemporâneos, da década de 70; b) que a Telesp, emissora dos documentos, foi privatizada e deixou de existir em 1998, e ainda; c) que não existem documentos escriturados manualmente, como os trazidos aos autos, há muitos anos; e por fim, d) que a ação foi proposta somente aos 30.06.2015 (fls. 23), de rigor o reconhecimento da prescrição trienal da pretensão do autor, mesmo em se contando o prazo somente a partir da vigência da Lei nº 10.303/01, a qual estabeleceu este prazo para prescrição das ações ajuizadas pelo acionista contra a companhia, qualquer que seja seu fundamento.

**Observe ainda que, mesmo que se considerasse a obrigação fundada em direito pessoal, igualmente estaria a ação prescrita, pois proposta aos 30.06.2015 (fls. 23), muito além do prazo decenal encerrado em janeiro de 2013 (arts. 205 e 2.028, CC).**

Diante de todo o exposto, em face do reconhecimento da prescrição, julga-se extinto o processo com fulcro no artigo 269, IV, do CPC, condenado o autor no pagamento das verbas da sucumbência e honorários advocatícios de R\$800,00.

O acórdão atacado encontra-se em consonância com o entendimento do STJ acerca do tema, conforme se vê nos seguintes precedentes a seguir colacionados, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PRESCRIÇÃO. TERMO A QUO. DATA DA SUBSCRIÇÃO DEFICITÁRIA DAS AÇÕES. DIVIDENDOS. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. CUMULAÇÃO. CABIMENTO. ART. 543-C DO CPC. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC. 1. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve de acordo com os prazos previstos no ordenamento jurídico: art. 177 do

CC/1916, 20 (vinte) anos, art. 205 do CC/2002, 10 (dez) anos, e 2.028 do CC/2002, que trata da regra de transição entre os referidos Códigos. O termo *a quo* do referido prazo prescricional é a data da subscrição deficitária das ações e não a da assinatura do contrato.

[...]

4. Agravo regimental desprovido, com a condenação da agravante ao pagamento de multa no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do respectivo valor (art. 557, § 2º, do CPC).

(AgRg no AREsp 719.382/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 22/10/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM S.A. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. TERMO INICIAL. DATA DA EMISSÃO DEFICITÁRIA DE AÇÕES.

1. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações diante do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916 e nos artigos 205 e 2.028 do Código Civil de 2002 (REsp 1.033.241/RS, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJ 5/11/2008).

2. O termo inicial do prazo prescricional é a data da subscrição deficitária, ou seja, a data em que as ações foram emitidas a menor pela empresa de telefonia.

3. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de novos recursos condicionada ao prévio recolhimento da penalidade imposta (artigo 557, parágrafo 2º, do CPC).

(AgRg no REsp 1194056/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 06/12/2012)

Dessa forma, inviável a análise da insurgência, em razão do óbice contido na Súmula 83/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE. TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. SÚMULA N. 83/STJ. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. ART. 27 DO CDC. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 473 E 474 DO CC. COISA JULGADA.

SÚMULA N. 7/STJ.

1. A Súmula n. 83 do STJ não se aplica apenas aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, sendo também aplicável aos recursos fundados na alínea "a"

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no AREsp 734.217/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 11/12/2015)

Ademais, rever a conclusão da Corte local, no sentido de alterar a data da emissão deficitária, demandaria a incursão no acervo fático-probatório, bem como a reinterpretação de cláusulas contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. NÃO INTERPOSIÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF. PRESCRIÇÃO. TERMO. SUBSCRIÇÃO DEFICITÁRIA. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. DATA DA EMISSÃO DAS AÇÕES. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL.

SEGUIMENTO NEGADO. ART. 543-C. § 7º, I, DO CPC. FUNDAMENTOS NÃO COMBATIDOS. ENUNCIADO 182 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

3. O Tribunal de origem concluiu pela data da emissão deficiente com base nos fatos, provas e conteúdo contratual dos autos e a revisão do entendimento adotado esbarra na aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ.

[...]

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 697.511/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015)

**3.** Do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator